

4344 Sexta-feira 27

DIÁRIO DOS TRABALHOS REVISIONAIS

Maio de 1994

nas uma reforma pontual. Tenho uma posição pessoal sobre isso. Insisti muito para que enfrentássemos com uma postura democrática e política o problema da revisão. Não adiantou. Certamente, no futuro, avaliaremos quem perdeu e quem ganhou por essa vitória ou derrota de Pirro. É necessário que, em 95, este problema seja recolocado. Por isso que este Congresso não poderia fechar as portas para 95.

Este, Sr. Presidente, será, certamente, o último pronunciamento que faço neste momento de enterro melancólico da Revisão Constitucional.

Muito obrigado.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

Durante o discurso do Sr. José Genoíno, o Sr. Adylson Motta, 1º Vice-Presidente, deixa a cadeira da Presidência, que é ocupada pelo Sr. Humberto Lucena, Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra ao nobre Congressista Adylson Motta, 1º Vice-Presidente da Mesa do Congresso Revisor.

O SR. ADYLSÓN MOTA (PPR – RS. Pronuncia o seguinte discurso.) – Sr. Presidente, Sr.s e Srs. Congressistas, assomo à tribuna porque alguma coisa me diz que esta é a minha última oportunidade de falar durante o Congresso Revisor. Até porque, legalmente, o prazo estabelecido para este processo está por se esgotar no dia 31, terça-feira.

Venho, Sr. Presidente, para dizer que a Revisão Constitucional foi uma tarefa que nos foi cometida através do bom-senso, da humildade e da antevisão do Constituinte de 88, não obstante alguns segmentos da sociedade – lamento dizer que a OAB foi um deles – tenham pregado pelo Brasil inteiro que era um ato de violência começar esta Revisão no dia 6 de outubro de 93. Esses segmentos, juntamente com a CNBB e com a UNE, saíram por todo o Brasil para disseminar essa inverdade e prestar esse desserviço à Nação brasileira.

Sr. Presidente, V. Exª como eu fomos Constituintes em 1988, e todos sabemos o perigo que corríamos em não poder encerrar o trabalho Constituinte, pelos atropelos que houve, nos últimos momentos, pelas dificuldades que começaram a aparecer e que tomaram cada vez mais complexo o processo. Temíamos que não pudessemos chegar a uma conclusão.

Foi aí se recorreu aos acordos, muitos deles violentando a consciência do Constituinte, que, para ter aceita uma proposta sua, teria que transigir com outra, com a qual ele não concordava. Surgiu, inclusive, a figura da emenda aglutinativa e outros tipos de acertos que passaram a ser consagrados no processo legislativo.

No entanto, Sr. Presidente, naquela época não tínhamos os problemas que ocorreram neste período atual.

Não tivemos uma CPI do Orçamento, que tumultuou e desestruturou o Congresso Nacional, ceifando do nosso convívio diário lideranças das mais expressivas e que até então vinham conduzindo o processo legislativo, porque comandavam os seus partidos.

Não tivemos naquela ocasião as contestações que existem hoje em torno da Revisão de hoje, porque a nova Constituição passou a ser uma exigência nacional, um pacto requerido pela sociedade brasileira. O clima era outro.

Mas, naquela ânsia de liberdade – já que saíamos de um período militar, de um período de restrições, de um Governo autoritário, de um Governo de exceção –, é evidente que muitos abusos foram cometidos, até pela inexperiência. Houve muitas coisas erradas, e até revanchismo.

Quando apresento uma emenda, como fiz hoje, aqui – apenas fazendo uma referência –, separando o civil do militar, apenas quero que se faça justiça, que se tenha um gesto de inteligência,

que não se procure igualar coisas desiguais, numa atitude tipicamente revanchista. Porque ao se sair de um regime militar, legistrou-se para trás, procurou-se punir a classe dos militares igualando-os aos civis, impedindo que eles se organizassem e tivessem um tratamento digno, que ainda hoje não lhes é dado, porque estão atrelados ao funcionalismo civil, outro tipo de categoria funcional.

Tenho autoridade para dizer isso, porque fui um dos únicos Constituintes que veio a esta tribuna defender funcionário público civil em 1988, era uma voz solitária nesta Casa na defesa de seus interesses.

Em nome de um suposto tratamento isonômico e de justiça, atrelaram-se os militares aos civis, e hoje o Exército brasileiro é a caricatura do que deveria ser um Exército Nacional.

É por isso, para resgatar um pouco da dignidade de uma categoria profissional que foi espezinhada, punida, numa atitude tipicamente revanchista, que assinei duas emendas que ora estão tramitando.

O que desejo ressaltar é que, pela inexperiência, pela ânsia de liberdade, cometemos muitos erros em 1988, e o principal deles foi fazer uma Constituição minudente, excessivamente detalhista. Fala-se na Constituição dos Estados Unidos, um verdadeiro monumento jurídico, pois tem duzentos e sete anos, e haverá de ter mais trezentos. Isso porque tiveram o bom-senso de fazer uma Constituição em torno de regras gerais, básicas, genéricas, deixando para a legislação infraconstitucional o detalhismo. É sabido que uma Constituição detalhista está fadada a ser ultrapassada, em virtude da dinâmica da própria sociedade, que determina avanços diariamente, e uma Constituição engessada não pode acompanhá-los. Foi uma atitude pouco inteligente, mas foi também uma conquista das esquerdas, e eu me rendo à competência das mesmas. Isso porque era o momento de contrabandear o que julgavam importante para dentro do Texto Constitucional, era o momento em que se precisava da colaboração de todos, e então se inseriu nele aquilo que talvez fosse difícil incluir na lei ordinária.

Dessa maneira foi feita e aprovada a Constituição de 1988. Mas teve-se um gesto de humildade, um gesto de sabedoria, copiando-se – e não há nada de inusitado, nada de singular, nada de original nisso – o que existe na Constituição portuguesa, o que existe na Constituição da Índia, o que acontece com as Constituições de alguns estados americanos, ou seja, periodicamente elas são atualizadas. Já que se trata de uma Constituição detalhista, evidentemente, ela poderá ser ultrapassada; já que ela foi concluída num processo tumultuado, através de acordos, evidentemente, ao longo do tempo, seriam detectadas as suas falhas, que teriam de ser corrigidas. Foi um momento de lucidez, de humildade, de extrema cautela do Constituinte de 1988, que estabeleceu o prazo de 5 anos para que uma Revisão Constitucional se realizasse.

Acontece, Sr. Presidente, que a Constituição de 1988 foi feita quando predominavam ainda no mundo alguns governos sob a tutela da doutrina comunista-socialista. A Constituição de 1988 foi feita nesse clima. Havia a união das Repúblicas Socialistas Soviéticas, com todos os seus Estados satélites; havia uma Cuba hermeticamente fechada; havia a Albânia; havia uma China enclausurada.

Tive o prazer e a sorte de ouvir pessoalmente, no dia 7 de dezembro de 1988, na ONU, o maior Líder deste século, na minha visão, Mikhail Gorbachev, antecipar todas as reformas pelas quais passaria o mundo – e que eram necessárias –, em que as economias fechadas, herméticas, isoladas, dariam lugar a outro tipo de comportamento da sociedade, que seria a troca, o intercâmbio, a transferência de tecnologia e as parcerias econômicas.

E o que aconteceu a partir do Muro de Berlim, que simboli-

camente foi o início de todo esse processo? Desapareceram da face da terra, com exceção da Coreia do Norte, os regimes hermeticamente fechados.

Temos a experiência do Presidente de Cuba, que vem ao Brasil e vai diretamente à Bahia visitar o Governador Antônio Carlos Magalhães, conversar com seus amigos, vai a São Paulo falar aos empresários, a fim de atraí-los a investir em Cuba. Abriam-se as portas de Cuba. Se alguém não vai lá é porque não encontra atrativo em Cuba, mas há o interesse de Cuba em que os países se dirijam para lá com o objetivo de investir, através de joint ventures, de parceria e de outras formas de participação.

Sr. Presidente, a China Comunista mandou cinco delegações – cinco eu recebi nesta Casa –, e aqui deste microfone falou o Presidente Jiang Zemin, propondo-se também a fazer parcerias com o Brasil. Só com um detalhe: a China Comunista tem uma economia mais aberta do que a do Brasil, que se diz alinhado ao Bloco Capitalista.

Essas coisas aconteceram depois da Constituição de 88.

Sr. Presidente, vim a esta tribuna, primeiro, por obrigação de ofício, pois sou Deputado; segundo, porque tenho a tarefa adicional de participar da Mesa e, em terceiro, porque sou brasileiro e não sou burro, pois quero ver o meu País alinhado, num processo de desenvolvimento. Amanhã ou depois, não quero que essa juventude toda que está nas ruas de braços cruzados, sem uma oportunidade, venha colocar-me no banco dos réus, dizendo que eu e mais 50? Parlamentares lhes negamos a oportunidade de desenvolver este País, de gerar riqueza, de criar empregos e de desenvolver as suas aptidões profissionais.

Por isso, Sr. Presidente, apostei na Revisão Constitucional. Talvez seja porque li por duas vezes Dom Quixote e ainda tenha o hábito de sonhar, mas ainda sonho com o meu País sendo desenvolvido.

Não posso me conformar, Sr. Presidente, no final de um processo revisor, em sair quieto daqui para a minha casa. Quero dizer que tinha esperanças, não de que milagres acontecessem aqui dentro, mas de que todas as pessoas tivessem sabido que lá na Alemanha houve um ato simbólico: caiu o Muro de Berlim. O mundo é outro e temos que nos adaptar a ele sob pena de nos constituirmos numa ilha retrógrada, bolorenta, atrasada, sacrificando gerações e gerações por falta de uma sensibilidade que nos levou a não captar a importância do momento político que vivemos hoje.

Foi por isso que lutei pela Revisão Constitucional, não apenas por ser um imperativo expresso, cogente, da Constituição nas Disposições Transitórias, mas por ser a grande oportunidade que se abriu para que o Brasil fosse inserido num novo tipo de sociedade que caminha através do desenvolvimento, em que a competição, em que a parceria, em que a troca são as palavras que substituem o enclausuramento, o isolacionismo e as atitudes retrógradas que vinham acontecendo até 1988. Foi por essa razão.

Lamento profundamente que tenhamos chegado ao final deste processo da forma mais melancólica possível. Não cabe aqui culpar a esse ou aquele, apenas entendo que não houve entendimento e sensibilidade para captar a importância do momento em que estamos vivendo.

Sr. Presidente, não vamos fazer a Revisão agora, mas todo aquele, qualquer um dos que forem eleitos, seja quem for, baterá às portas do Congresso pedindo para que se faça uma Revisão, muitos deles sem a menor autoridade para isso, porque fugiram do Congresso, fugiram do plenário, onde deveriam estar liderando seus partidos por esta Revisão; amanhã estarão aqui pedindo para fazê-la e não sei se haverá clima favorável. Após a eleição, o quadro político pode mudar e as coisas podem ficar mais difíceis para se fazer a imprescindível Revisão Constitucional, que tornaria go-

vernável o nosso País.

Perdoe-me, Sr. Presidente, ter-me alongado e ter feito aquilo que tem sido o motivo da minha maior preocupação aqui: o zelo pelo Regimento. Permita-me que, nesta última sessão, eu transgri-da o Regimento, ultrapassando o tempo que deveria ocupar, mas venho aqui para fazer as minhas colocações pessoais. Venho aqui para dizer que saio frustrado, derrotado, não apenas como Parlamentar, pois é do embate diário do político a derrota e a vitória. Saio daqui derrotado como brasileiro. Saio daqui triste em ver o meu País ser condenado a mais um período de obscurantismo, de atraso; mais uma recusa do meu País em ingressar num processo moderno de desenvolvimento. Eu não posso aceitar isso, Sr. Presidente, sem o meu protesto. E se fui muitas vezes...

O Sr. Josaphat Marinho – Permita-me V. Ex.^a um aparte?

O SR. ADYLSO MOTA – Eu não sei se o Presidente permite. Seria mais uma transgressão, mas eu me atrevo a ela.

O Sr. Josaphat Marinho – Sr. Presidente, consulto a V. Ex.^a se me permite um aparte ao nobre orador.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Desde que o nobre orador consinta, não há problema.

O Sr. Josaphat Marinho – Nobre Congressista Adylson Motta, não seria justo que deixássemos V. Ex.^a deixar esta tribuna sem um aparte. Tenho divergências sobre o entendimento em torno da reforma, da Revisão, com o pensamento de V. Ex.^a. Não me parece que a Constituição tenha tais e tamanhos defeitos. Defeitos ela tem. Uma reforma adequada pode ser feita no instante próprio. Mas eu não pedi o aparte para contrastar o meu com o pensamento de V. Ex.^a. Pedi este aparte para fazer-lhe uma homenagem. Não se sinta tão contristado, basta que eu assinalo perante os Colegas aqui presentes que, entre outras circunstâncias dignas de relevo nesse período, devemos assinalar a correção, a firmeza e, ao mesmo tempo, a delicadeza parlamentar com que V. Ex.^a dirigiu tantas sessões deste período da Revisão. Confie na sua própria correção para que outro instante, no momento mais próprio e por uma forma mais adequada se introduza na Constituição as modificações que forem cabíveis.

O SR. ADYLSO MOTA – Agradeço o aparte do eminente Congressista Josaphat Marinho, que seria, não obstante a excessiva bondade que caracteriza suas palavras, o momento de eu encerrar com fecho de ouro aquilo que desejei dizer e que, de certa forma, foi sintetizado pelo nobre Senador, não obstante as nossas divergências sobre a forma de fazer ou não a Revisão.

Mas quero dizer, Sr. Presidente, que, evidentemente, haverá uma Revisão Constitucional, porque a sociedade vai exigí-la, os tempos vão determiná-la, as gerações que nos sucedem vão cobrá-la e os próprios governantes que forem eleitos terão como primeira preocupação, em sua agenda, a Revisão Constitucional. Temos que aceitar o fracasso do momento de não termos atingido o objetivo pretendido, mas que não se culpe esse e não se culpe aquele.

Na Revisão, apenas para dar um detalhe, nós tivemos uma singularidade que facilitou nosso trabalho. O Presidente da Assembleia Nacional Constituinte, homem de extraordinário valor e de uma ascendência moral inegável sobre todos os Parlamentares, era também o Presidente da Câmara dos Deputados, o que lhe facilitava o entrosamento do trabalho das duas Casas e, ao mesmo tempo, também Presidente do maior Partido político aqui existente, abrangendo cerca de 305 Parlamentares. Ele comandava, e muito bem, o processo legislativo. Ele tinha condições de compatibilizar as atividades, e isso era facilitado, então, pela sua tríplice condição de Presidente.

Ele não teve uma CPI do Orçamento, como eu disse, que desestruturou o trabalho, principalmente agora no nosso processo revisor. Não teve antecedendo um processo doloroso e traumático,

como foi o impeachment do Presidente, e uma série de outros problemas.

Mas, de qualquer forma, penso que a Mesa cumpriu as suas obrigações; esteve aqui presente. O Presidente Humberto Lucena – excessivamente tolerante, de uma extrema bondade e, talvez, por ser bondoso demais, às vezes tenha até possibilitado a incompreensão e a falta de colaboração de alguns – esteve sempre presente comandando o processo. O Presidente da Câmara dos Deputados também procurou entrosar as atividades daquela Casa, às vezes com algum problema, mas sempre presente, também disposto a ajudar.

Então, Sr. Presidente, antes que se levante questões pequenas, o caso não é de acusar esse ou aquele. É que o processo foi contestado. O processo não foi compreendido por alguns, e o Brasil perdeu um momento histórico. Só desejo que o errado em tudo isso seja eu. Quero, realmente, neste momento, ser o errado, Sr. Presidente. Porque se estou certo, daqui a poucos anos, vamos ser cobrados aí na rua pela sucata que vamos entregar a essa juventude, que espera um Brasil melhor e para o qual temos que dar a nossa participação. E a grande oportunidade para fazer isso seria através da Revisão Constitucional. Era hora de enxugar a Constituição, de torná-la mais resistente ao tempo, eliminando detalhes e transferindo-os para a legislação infraconstitucional. Era hora de remover alguns empecilhos que nos levassem à competitividade e que os outros países passassem a ter interesse pelo Brasil, porque não queremos e não podemos, não temos, poupança interna, não temos condições de autodesenvolvimento, e, portanto, precisamos da participação de outros países, de investimentos externos para fomentar o nosso desenvolvimento. Quisera eu que o Brasil tivesse condições de se desenvolver sozinho, mas isso seria uma utopia e penso que não temos mais tempo a perder.

Sr. Presidente, agradeço profundamente a tolerância de V. Ex^a e desejo apenas que o Congresso, que venha a ser eleito, tenha a sensibilidade, a compreensão que nós, lamentavelmente, não tivemos durante o processo revisor.

Muito obrigado. (Palmas.)

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Antes de conceder a palavra ao próximo orador, a Presidência sente-se no dever de associar-se à justa e merecida homenagem prestada pelo eminente Senador Josaphat Marinho, em seu aparte, ao nosso Primeiro Vice-Presidente Adylson Motta que com tanta competência, firmeza e determinação presidiu várias e várias das sessões unicameriais do Congresso Revisor.

A S. Ex^a o agradecimento, não apenas de todos os Srs. Congressistas que o aplaudem, o admiram e o estimam, mas também desta Presidência e dos demais membros que compõem a Mesa Diretora do Congresso Revisor.

A Presidência deseja também registrar a presença, no Congresso Nacional, nas suas dependências, inclusive no gabinete do Presidente, em visita, do Arquiteto Oscar Niemeyer, que merece os nossos aplausos. S. S^a hoje não é apenas um nome nacional, mas porque não dizer internacional, tal o prestígio que granjeou em todo mundo, pela sua admirável obra que tem por exemplo maior a cidade de Brasília, sua arquitetura moderna e funcional.

O SR. HAROLDO LIMA – Sr. Presidente, peça a palavra.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – V. Ex^a pede a palavra pela ordem? Porque o nobre Congressista José Lourenço está inscrito como Líder.

O SR. HAROLDO LIMA - Sim, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – Concedo a palavra a V. Ex^a.

O SR. HAROLDO LIMA (PCdoB – BA. Pela ordem. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, como Líder do Partido

Comunista do Brasil, congratulo-me com a presença nesta Casa do Arquiteto Oscar Niemeyer, um dos fundadores de Brasília, muito bem homenageado por V. Ex^a.

Particularmente, sensibiliza-nos, como comunistas que somos, ver o prezado Arquiteto Oscar Niemeyer, uma pessoa que, apesar de todas as tormentas por que passa o mundo, não abriu mão de suas convicções comunistas e socialistas.

Era o que tinha a dizer, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Humberto Lucena) – A Presidência, antes de passar a palavra ao nobre Congressista José Lourenço, como Líder do PPR, informa ao Plenário que no momento acontece uma reunião do Sr. Relator, Deputado Nelson Jobim, com lideranças partidárias, com vistas a possibilidade de se encontrar, quanto ao mérito, o modelo que possa, afinal, vir a ser apreciado pelo Congresso Revisor, pelo menos no último dia, que é o dia 31, terça-feira, da chamada Emenda Jobim que é aquela que pretende estabelecer novas modalidades no Texto Constitucional, não só de reforma, mas de revisão da Carta de 1988.

Estamos acompanhando a reunião, em contato com o Sr. Relator e, oportunamente, daremos ciência aos Srs. Congressistas do seu resultado. Fazemos votos para que tenhamos êxito nessa negociação. Se possível, teremos que fazer um esforço para que, até a meia noite do próximo dia 31, possamos votar duas matérias que ainda constam da nossa pauta, que são os precatórios judiciais e as medidas provisórias.

Se isso acontecer, então, teremos de tomar outras providências num acordo geral das lideranças.

Concedo a palavra ao nobre Congressista e Líder José Lourenço.

O SR. JOSÉ LOURENÇO (PPR – BA. Como líder. Sem revisão do orador.) – Sr. Presidente, Sr^s e Srs. Congressistas, como democrata, aceito a derrota, como brasileiro, lamento a derrota.

Lamento, como disse aqui e muito bem o Deputado Adylson Motta, Vice-Presidente da Casa, Vice-Presidente do Congresso Revisor, porque não houve a menor contribuição para que o Brasil desse um passo no sentido de se inserir nas sociedades mais avançadas do mundo.

Uns poucos, ajudados por outros que, embora não da mesma corrente política, do mesmo partido político ou eleitos até por pessoas que os consideravam liberais e que aqui se transformaram em socialistas, temiam as eleições e temiam que o povo pudesse fazer dessa Revisão uma leitura, que pudesse prejudicá-los em suas eleições, aqueles que estão sempre preocupados com eleição e nunca com a Nação.

Para esses, a Nação é secundária, o objetivo primeiro e principal é a eleição. Eles têm que construir, permanentemente, constantemente, Sr. Presidente e Srs. Congressistas, tribunas onde possam aparecer iluminados, para mostrar ao povo que sempre estão com eles, sempre estão com a demagogia, sempre estão preocupados em dar mais avanços nos mais diversos campos, sem, por vezes, avaliar se esses avanços são de 3 passos à frente e não possam ser depois de 4 passos para trás.

O que vale é a conquista momentânea, para que esse momento possa ser retribuído com votos para a eleição de determinadas figuras que conhecemos no Congresso Nacional.

Não faço política nesses termos e estou no sexto mandato de Deputado. A minha postura, Sr. Presidente, tem sido, ao longo dos tempos, de total identificação com aquilo que entendo ser o melhor para o meu País, o melhor para a Nação, que é o que está identificado com a modernidade existente nos países mais avançados do mundo.

Quando penso no Brasil, na minha visão, tento colocá-lo ao